

# *Uma Herança Pesada:* estratégias discursivas no gênero editorial para a manutenção do poder

Luís Rodolfo Cabral  
Universidade Federal do Piauí

## Índice

1	Apontamentos sobre ACD . . . . .	2
2	Editorial: um gênero . . . . .	7
3	Análise do editorial <i>Uma herança pesada</i> . . . . .	9
	Considerações Finais . . . . .	13
	Referências . . . . .	14
	Anexos . . . . .	17

## Resumo

Análise dos aspectos de manipulação em texto editorial na perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Apresentam-se, de maneira breve, conceitos de ideologia (Grasmci, 1971; Thompson, 1990; Van Dijk, 1998, 2008), de discurso (Foucault, 1989; Fairclough, 2001), no sentido de se considerar a manipulação como prática social discursiva de exercício de poder. Recorre-se a Beltrão (1980) e a Marques de Melo (1994) para se caracterizar as peculiaridades do editorial como gênero. Por fim, são analisados os aspectos de manipulação (Van Dijk, 2008) identificados no editorial *Uma herança pesada*, publicado no jornal *O Estado do Maranhão*.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso. Editorial. Poder. Manipulação.

### Abstract

Analysis of manipulation in an editorial according to the perspective of Critical Discourse Analysis. It presents briefly the concepts of ideology (Gramsci 1971, Thompson 1990, Van Dijk, 1998, 2008), discourse (Foucault, 1989; Fairclough, 2001), in order to consider manipulation as a social and discursive practice in the exercise of power. It refers to Beltrão (1980) and Marques de Melo (1994) to characterize the peculiarities of editorial as a genre. Finally, it analyzes aspects of manipulation (Van Dijk, 2008) identified in the editorial text *Uma herança pesada*, published in *O Estado do Maranhão* newspaper.

**Key-words:** Critical Discourse Analysis. Editorial. Power. Manipulation.

## 1 Apontamentos sobre ACD

**A** Análise Crítica de Discurso (ACD, daqui por diante) é um campo disciplinar de investigação do discurso que considera a linguagem como prática social, e como espaço para (re)produção das relações de abuso de poder, de dominação, e de desigualdade. Não se enquadra como escola ou como método científico; trata-se de modo diferenciado de teorizar, analisar e investigar os fenômenos sociais materializados pela linguagem, tendo recebido contribuições dos vieses críticos de diferentes áreas, como a pragmática, linguística e sociologia.

Segundo Magalhães (2001), as obras de Kress e de Fairclough consolidam as bases para os estudos críticos da linguagem, apresentando conceitos de discurso, gênero discursivo, texto, ideologia e poder, apropriados de estudiosos dos fenômenos sociais – como Gramsci (1971) e Thompson (1990), e do fenômeno discursivo – como Foucault (1989). Fairclough (1993, 2001) apresenta o quadro teórico da ACD, cujos objetivos seriam “reunir a análise de discurso orientada linguística e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem” (Fairclough, 2001: 89).

Antes de se adentrar na análise proposta neste trabalho, é preciso apontar, ainda que de maneira breve dado o limite de espaço, conceitos fundamentais para esta abordagem de estudo do discurso. Em primeiro

lugar, é importante ressaltar que, nesta perspectiva, a linguagem é forma de ação, e não atividade individual. Na ACD, considera-se também a relação entre discurso e estrutura social: pelo discurso, os sujeitos representam e (re)significam o mundo, ajudando a construir, fortalecer e perpetuar relações sociais, ideologias e conhecimentos. A prática discursiva é, pois, uma prática social.

Entende-se prática discursiva como o complexo conjunto de processos de produção, distribuição e consumo de textos – das mais variadas formas, verbais, não-verbais, ou multissemióticos – nas mais variadas esferas institucionais ou sociais. A totalidade dessas práticas configura o que Foucault chamou de “ordem do discurso”: “no caso em que se puder descrever, entre certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, (...) e se puder definir uma regularidade (uma **ordem...**) , diremos, por convenção que se trata de uma formação discursiva” (Foucault, 1969: 43, não grifado no original).

Ainda dos escritos de Foucault foram apropriadas também as seguintes noções: a) o discurso constitui um social e também os objetos e os sujeitos sociais; b) as práticas e técnicas do biopoder moderno são discursivas; e c) a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele.

Sobre o assunto, Fairclough (2001) reconhece a importância do trabalho de Foucault para o quadro teórico da ACD, mas aponta fragilidades quando da discussão sobre poder – “na totalidade de seu trabalho (...), a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder” (Fairclough, 2001: 83). Pela abordagem crítica do discurso, o sujeito não é assujeitado pelas estruturas das quais participam – “as estruturas são reproduzidas ou transformadas, dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta” (Fairclough, 2001: 84) –, ou seja, se concebe o equilíbrio entre sujeito e estrutura, mediando as relações de poder e de hegemonia, outros dois conceitos essenciais para a ACD.

Esse equilíbrio, nesta concepção crítica de análise do discurso, se dá por quê:

os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a

que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito “efeito” ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (Fairclough, 2001: 121).

A noção de hegemonia que baliza os estudos em ACD encontra fundamentos em Gramsci, cujos estudos focalizam a luta hegemônica como ponto de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, em que o sujeito não está subordinado às formas econômicas, políticas e ideológicas, mas que delas participa. A hegemonia seria, então, uma situação de equilíbrio instável; a luta hegemônica é, pois, foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas.

Eagleton (1991) avalia a perspectiva de Gramsci a cerca da hegemonia como um conjunto de estratégias relacionais, práticas e dinâmicas, pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga. Assinala ainda que “conquistar a hegemonia, no parecer de Gramsci, é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria *visão de mundo* pelo tecido da sociedade como um todo” (Eagleton, 1991: 108, grifo do autor).

Sobre essa noção de hegemonia, Coutinho (2008) faz uma ressalva: os escritos de Gramsci pouco se referem ao que hoje se entende por meio de comunicação (televisão, por exemplo, estava em fase experimental na época). Mesmo assim, apesar de estar vivendo os primórdios da comunicação, Gramsci oferece contribuições à crítica das produções midiáticas, pois “não deixa de sinalizar o movimento pelo quais os nascentes *mass-media* (...) tornam-se os mais eficazes dos aparelhos de hegemonia, desequilibrando a correlação de forças na sociedade civil em favor dos grupos dominantes” (Coutinho, 2008: 48).

Para Gramsci, há um vínculo orgânico entre a estrutura social e a estrutura ideológica, ou seja, a dialética da relação entre o social e o ideológico, que “organiza as massas humanas, forma o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (Gramsci, 1971: 237). A hegemonia é, pois, o domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais – não pelo uso da força, mas pelo consenso - que perpassa pelas estruturas sociais e ideológicas.

A noção de que marcas ideológicas estão encarnadas no discurso já aparece nos estudos de Bahktin (1989), que considerava a palavra como

o lugar perfeito para a manifestação de ideologias. O estudioso russo opunha palavra a “sinal” (na concepção de Saussure): palavra é um signo dialético, dinâmico e plurivalente, ou seja, é o signo ideológico por excelência, é o espaço em que os indivíduos dão vida a seus anseios e crenças. Cada palavra “ou cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (Bakhtin, 1929: 33).

Essa perspectiva é essencial para a abordagem crítica do discurso na transformação e na reprodução de ideologias. Assume-se, pois, que “as ideologias são significações/ construções da realidade (...) que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de **dominação**” (Fairclough, 2001: 117, não grifado no original).

Ideologia, nessa perspectiva, se aproxima da acepção utilizada por Thompson (1990), que caracteriza o fenômeno ideológico como de natureza hegemônica, ou seja, como o fundamento das relações de dominação, reproduzindo a ordem social, e favorecendo grupos dominantes.

Thompson (1990) acredita que, para se explicar as relações de dominação, é preciso o estudo das maneiras como o sentido serve para estabelecê-las e sustentá-las, focalizando o sentido das formas simbólicas (“amplo espectro de ações e falas, imagens e textos (...) não linguísticas ou quase linguísticas”, conforme Thompson, 1990: 79) que estão inseridas nos contextos sociais e que circulam o mundo.

Vale também destacar a concepção de ideologia defendida por Van Dijk (1998, 2000), cujos estudos também oferecem significativa contribuição para a ACD. Para Van Dijk (1998), a ideologia, ao contrário das ações e do discurso, não se produz fixamente em um local, em cada contexto social específico, por um único falante. A ideologia, como o sistema da língua e as normas da gramática, é definida como sistema abstrato de conhecimento que permite aos falantes de uma comunidade linguística a comunicação nos mais variados contextos.

Da mesma maneira que um usuário de uma língua seria incapaz de falar e de entender essa língua sem uma gramática mais ou menos estável, os membros de um grupo seriam incapazes de realizar suas práticas diárias e seus julgamentos

sociais sem representações sociais mais ou menos estáveis, como o conhecimento, as atitudes e as ideologias (Van Dijk, 1998: 56).

O autor explica ainda que os conceitos de ideologia e de discurso aparecem em três áreas do saber: nos estudos sobre o discurso, que envolvem aspectos relacionados ao uso da linguagem; nos estudos sobre cognição, cujo enfoque recai sobre a forma como as ideologias estão relacionadas às opiniões e a construção do conhecimento; e nos estudos sobre sociedade, direcionados para o papel dos aspectos históricos, sociais e políticos na reprodução ou resistência ao domínio.

Dessa maneira, em se tratando de reprodução e/ou de resistência, o discurso traz no bojo marcas de manipulação, ou seja, de se legitimar pela credibilidade e de se fazê-la perpetuar entre os sujeitos. Apesar de reconhecer a tenacidade da fronteira entre manipulação (ilegítima) e persuasão (legítima), Van Dijk (2008) assume como critérios cruciais que ambas fazem as pessoas agirem contra sua total consciência e interesses, e que a manipulação serve aos interesses do manipulador. A diferença entre a legitimidade e a ilegitimidade de uma prática de interação estaria diretamente relacionada à proximidade do fenômeno social aos interesses dos receptores. “Definimos como ilegítimas todas as formas de interação (...) que servem apenas aos interesses de uma parte ou são contra os interesses dos receptores” (Van Dijk, 2008: 238).

Se a ideologia é a maneira pela qual o sentido é construído e monopolizado pelas formas simbólicas a serviço de indivíduos ou de grupos para a manutenção de relações que lhes beneficiem, pode-se perceber na ideologia um processo de naturalização (ou de desnaturalização) de outras estruturas da conjuntura discursiva. Em outras palavras, a estrutura ideológica se manifesta, se produz e se reproduz, através dos sujeitos, nas diferentes instâncias estruturais do discurso.

Esse complexo de estruturas do fenômeno discursivo leva Fairclough (1993) a avaliar os eventos discursivos em três dimensões: a do texto, falado ou escrito; a prática discursiva, ou seja, a produção e a interpretação do texto; e a prática social. Na análise da dimensão da prática social, para ele, o foco deve ser político, sobre o evento como mediação das relações de poder e de dominação.

Nesse sentido, defende-se a posição de Fairclough (2001) e de Van Dijk (2008), segundo os quais, através de formas comunicativas ou sim-

bólicas de comunicação, os sujeitos sofrem alguma influência discursiva e/ou são, de alguma forma, manipulados. Concorde-se, pois, que “as estruturas particulares das relações entre palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (Fairclough, 200: 105), e que a ideologia só pode se manifestar na língua, “a manipulação é uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes que servem à reprodução de seu poder” (Van Dijk, 2008: 237).

## 2 Editorial: um gênero

As ideologias perpassam os textos de modo geral, de qualquer sistema semiótico. De acordo com Charaudeau (2005a), na mídia, o mundo nunca é transmitido tal e qual à instância da recepção: é interpretado por um jornalista, que organiza o que escreve de acordo com o público-alvo do jornal para o qual trabalha. No discurso jornalístico, além das marcas de como o jornalista compreende o fato, também estão embrenhadas forças de como a empresa jornalística aceita, permite e quer que esse fato seja apresentado.

Pode-se afirmar, então, que o discurso jornalístico não corresponde fielmente à realidade – trata-se de um construto, perpassado por estruturas ideológicas, a partir da representação da própria realidade. Observando os textos veiculados em um jornal, têm-se exemplos concretos de como o discurso jornalístico é mediado por valores para atingir propósitos definidos. É um embate de ideologia e de poder, que merece investigação na medida em que tende a reforçar conhecimentos, crenças, valores, que contribuem de alguma forma para a construção de uma realidade.

Sobre a presença de ideologias em textos de diferentes gêneros da mídia, Charaudeau (2005) considera que as estruturas ideológicas respeitem determinadas instâncias para se constituir no texto – em diferentes gêneros textuais, estão em jogo diferentes estratégias de constituição. Para o autor, os gêneros de informação são resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa, e do modo de organização discursivo que é escolhido.

Para Beltrão (1980), os textos jornalísticos podem ser organizados em três grupos: *jornalismo informativo* (notícia, reportagem); *jorna-*

*lismo interpretativo* (reportagem em profundidade), e *jornalismo opinativo* (artigo, crônica, editorial). Dentre esses, afirma que o editorial, gênero em que se enquadra o objeto de estudo deste trabalho, é o que melhor representa o gênero jornalístico opinativo, já que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos – ao contrário dos outros, em que se expressa a opinião autoral.

O autor ainda diferencia o editorial dos outros gêneros sob quatro atributos específicos: a impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando, portanto, a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural); a topicalidade (trata de um tema bem delimitado e em voga); a condensabilidade (ênfase maior nas afirmações que nas demonstrações); plasticidade (flexibilidade, maleabilidade).

Marques de Melo (1994) aponta ainda outra peculiaridade deste gênero: nem sempre o editorial reflete exatamente a opinião dos proprietários da empresa; no texto, existe um jogo de equilíbrio de interesses, afinal, são vários os pilares que sustentam economicamente uma empresa jornalística: além dos proprietários, existem os anunciantes que garantem parte da receita da empresa, os investimentos de financiadores e também a influência do aparelho burocrático do Estado que controlam o processo jornalístico no âmbito fiscal, previdenciário e financeiro<sup>1</sup>.

Assim, o editorial é espaço das contradições entre a missão pública do jornalismo e o interesse mercantil da empresa que faz jornalismo; é o equilíbrio semântico na teia das articulações políticas e financeiras, com o único direcionamento: a opinião pública. Nas palavras de Marques de Melo (1994: 96), “a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade”. Através dessa orientação, busca-se influenciar e representar a coletividade.

A despeito das tentativas de classificação, Charaudeau (2005a) chama a atenção para as especificidades de alguns gêneros dominantes na imprensa. No caso do editorial, destaca-se o equilíbrio entre a liberdade e o engajamento do articulista em relação à instância midiática. É um gênero jornalístico que “se exerce sobre um propósito que concerne ex-

<sup>1</sup>A relação entre os diferentes campos é trabalhada na obra de Bourdieu. Miranda (2005) revisita conceitos e os direciona especificamente às influências que sofre o campo midiático.

clusivamente ao domínio político e social” e em que o “ponto de vista implica engajamento de toda a redação do jornal” (Charaudeau, 2005: 235).

Na abordagem da ACD, diferentes discursos (e, no caso, não somente o discurso jornalístico) representam o mundo de diferentes perspectivas, associadas a diferentes relações que os sujeitos estabelecem com o mundo, às relações que estabelecem com outros sujeitos e com outras estruturas. Isso significa (agora especificamente ao discurso jornalístico) a possibilidade de investigação de como a ideologia perpassa os textos dos meios de comunicação: o jornalista, como membro de um grupo social, manifesta suas ideologias concretas nas ações e interpretações; utiliza estratégias discursivas que revelam uma visão de mundo ou um posicionamento sobre um tema em foco.

### 3 Análise do editorial *Uma herança pesada*

O preâmbulo teórico e a descrição do jornal *O Estado do Maranhão* anteriormente traçados são basilares para a análise a ser apresentada, em que se busca investigar as estratégias discursivas de manipulação utilizadas no editorial *Uma herança pesada*, publicado naquele jornal no dia 19 de maio de 2009 (ANEXO I). Com o fim de facilitar a leitura, apresentamos, a seguir, algumas palavras sobre a publicação:

O jornal *O Estado do Maranhão* circula na capital São Luís e em diferentes municípios do Maranhão. É herdeiro do *Jornal do Dia*, fundado em 1959, pelo empresário e político Alberto Aboud. A mudança de nome para *O Estado do Maranhão* ocorreu em 1973, numa iniciativa do então governador José Sarney e do poeta Bandeira Tribuzi, que assumiram o comando do periódico. Atualmente, o jornal é presidido por Teresa Cristina Sarney Murad, nora de José Sarney.

Ao longo de meio século de existência, o jornal passou por algumas renovações gráficas e de conteúdo, sendo a mais recente oficializada no dia 1º de maio de 2009, em comemoração aos 50 anos de publicação contínua. Com a reforma, atualmente cada edição do jornal é dividida em diferentes cadernos com periodicidade variável: *Caderno de Esportes*, por exemplo, é veiculado apenas às segundas-feiras; *Na mira*, suplemento direcionado para o público jovem, é publicado toda sexta-feira; *Revista da Família* e *DOM* são encartados apenas aos domingos.

Há ainda o caderno *Alternativo*, com notícias sobre cultura e lazer no Maranhão; e o caderno *Cidade*, que traz matérias sobre os problemas das comunidades de São Luís e das cidades do interior do Maranhão - ambos publicados de terça a domingo.

De todos os cadernos que compõem as edições do jornal, somente um tem publicação diária: o *Primeiro Caderno*, que congrega notícias do Brasil e do Mundo, organizadas seções como *Política, Opinião, Geral, O país, O mundo, Economia e Consumidor*. É nesse caderno que se encontra o editorial de O Estado do Maranhão, fielmente publicado em todas as edições na página 4, na seção *Opinião* do caderno *Geral*, abaixo do quadro dos profissionais que ocupam os cargos de chefia da empresa; e próxima a uma epígrafe que se manteve mesmo após a mais recente reforma gráfica: “O Maranhão é uma saudade que dói e não passa. Não o esqueço um só dia, um só instante. É amor demais. Maranhão, minha terra, minha paixão” – frase assinada por José Sarney, um dos fundadores do jornal.

Consideramos também que, para melhor se compreender de que trata o texto em análise, é necessário retomar o ambiente de circulação (Van Dijk, 2008) do texto: em fevereiro de 2009, foi iniciada, no Tribunal Superior Eleitoral, a avaliação dos processos contra oito governadores, sob o risco de terem o diploma cassado. Dentre os oito líderes do Poder Executivo Estadual que tiveram processo julgado, estava o então governador do Maranhão, Jackson Kleper Lago, diplomado após resultado das eleições 2006, com 51,819% dos votos válidos contra 48,181% para a candidata Roseana Murad Sarney (TSE, 2006).

O julgamento, em sessão no Tribunal Superior Eleitoral, aconteceu na madrugada de 04 de março de 2009, tendo repercussão expressiva na mídia maranhense e nacional. O portal de notícia Terra, por exemplo, noticiou que “O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu em julgamento, na noite dessa terça-feira, cassar o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e o de seu vice, Luís Carlos Porto (PPS)” e que “a Corte também definiu que a segunda colocada nas eleições, a senadora Roseana Sarney (PMDB), deve assumir o governo do Estado, juntamente com seu vice, João Alberto de Souza (PMDB), mas não de forma imediata. Isso porque ainda cabe recurso por parte da defesa de Lago” (PORTAL TERRA, 2009).

Os recursos contra a cassação de Jackson Lago foram negados pelo

TSE, e, no dia 17 de abril de 2009, Roseana Sarney Murad foi diplomada chefe do Poder Executivo do estado do Maranhão. O editorial *Uma herança pesada* foi publicado um mês após terem-se iniciado as atividades da governadora.

O texto inicia anunciando “um novo momento” na história do estado do Maranhão. Em poucos parágrafos, descreve as diferenças entre a atual gestão e a gestão anterior, nos setores de saúde, segurança pública, educação e finanças. Percebe-se que, mesmo não sendo um texto longo (apenas 4 parágrafos), são evidentes aspectos da manipulação (Van Dijk, 2008).

Logo de início, o título cria uma conotação negativa sobre o passado: um fardo nada fácil de ser levado adiante. É o ponto de partida para uma preocupação observada ao longo de todo o texto, a de demarcar os protagonistas centrais de um embate – “nós fizemos” x “eles não fizeram” – dando exemplos de como a gestão atual, ao contrário da anterior, não mede esforços para trabalhar.

Em um esquema de polarização geral que marca a oposição entre *Nós* e *Eles*, e que evidencia os conflitos entre esses grupos antagônicos, é marcada, no discurso, a imagem (positiva) ideológica que determinado grupo faz de seus membros; assim como também é marcada a imagem (negativa) que é construída dos *Outros*.

Essa polarização *Nós* x *Eles* foi assim organizada para fins de estudo, e que, na prática, não deve ser tratada como categoria estanque, pois os sujeitos compartilham diversas ideologias, às vezes, inclusive, conflitantes entre si - “Discursos e práticas sociais, em situações concretas, apresentam combinações mais complexas, conflitos, e até inconsistências” (Van Dijk, 1998: 72).

De qualquer forma, a fragmentação da coletividade é um modo de operação da ideologia e da manipulação, e também aparece nos estudos de Thompson (1990), segundo o qual, as relações de dominação podem ser mantidas pela segmentação daqueles indivíduos e grupos que podem ser uma ameaça aos grupos dominantes. Essa estratégia se realiza através da “construção de um inimigo (...), que é retratado como mau, perigoso, e ameaçador, e contra o qual os indivíduos são chamados (...) a expurgá-lo” (Thompson, 1990: 87).

Também fica evidente essa polarização ideológica no antagonismo criado no primeiro parágrafo do editorial, que se inicia com o trecho

“O Maranhão vive um novo momento. Nada de discursos empolados e recheados de promessas que não serão cumpridas, nenhum gesto demagógico destinado a enganar a opinião pública”, e se finda com “Vê-se agora a presença forte do governo, decisões de largo alcance, projetos de curto, médio e longo prazo, enfim, um movimento real e coerente da máquina pública”.

Como o discurso manipulatório é produzido de forma que o receptor compreenda a realidade da maneira que os manipuladores desejam, nota-se que, no texto, são destacados aspectos positivos compatíveis aos interesses de quem manipula.

Uma clara demonstração de poder aparece nas linhas (6-8) que indicam que somente aquele que agora administra o cargo tem competência para ocupá-lo. O adjetivo “forte” (que por si, já indica um poder exercido) qualifica a forma com a qual o governo vem atuando, e está em consonância com os verbos que descrevem como foi gerenciada a administração pública naquele mês de maio: “começa a ser colocada sob controle”; “reduziram o descontrolo administrativo”; “estancaram a sangria desatada que fora imposta aos cofres públicos”, dentre outros casos.

Ressalta-se que, nesses fragmentos, o que está dito no enunciado possibilita ao locutor criar efeitos de sentido que só significam na esfera da pressuposição (Ducrot, 1980). Os verbos “começar”, “reduzir” e “estancar” (e também os utilizados entre as linhas 9-12) não só descrevem as ações dos gestores naquele mês, mas também constroem um quadro da administração anterior: fora de controle – afinal, se algo começou a ser controlado é porque estava descontrolado; se o descontrolo administrativo foi reduzido é porque estava elevado, etc.

Nesse mesmo trecho, é utilizada uma voz com respaldo institucional (Justiça Eleitoral, no caso) para se referir à situação de mudança de líder de governo, em um caso de superioridade moral anunciada por autoridades. Conforme Ducrot (1980) e Breton (1996), no discurso por autoridade, são utilizados atos ou julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em favor de uma tese. Ao se evocar um argumento por autoridade, cria-se um efeito de verdade; de que o dito é incontestável: o que é descrito tem de ser aceito porque quem o fez tem autoridade para fazê-lo.

Para se reportar ao período de gestão que antecede àquele mês de

maio, é recorrente o uso de palavras com denotação negativa (“criminalidade”, “colapso financeiro”, “desastinos”, “distorções”, etc.), que descredita as ações do governo anterior. A utilização desses adjetivos para salientar a situação administrativa, em dois momentos distintos, cria um efeito de sensibilidade e de repugnância. Para se referir ao governo atual, são enfatizados aspectos positivos; todavia, para o governo anterior, enfatizam-se aspectos negativos.

No discurso, são criadas representações de atores sociais – no caso em análise, aparecem claramente demarcados nas linhas 11, 18, 20 e 25 –, o que revela posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Esse é outro aspecto da manipulação (Van Dijk, 2008), a ênfase discursiva em propriedades que são compatíveis com os interesses a serem alcançados – e a não-ênfase naquelas incompatíveis. Assim, constroem-se discursivamente as características dos protagonistas centrais do embate.

Observa-se ainda que são salientados os medos e as expectativas de um dos atores sociais em questão. Trata-se de “argumentação por emoção”, uma estratégia em que “as emoções das pessoas podem ser despertadas e estimuladas pelo uso de palavras especialmente selecionadas” (Van Dijk, 2008: 257). No texto em análise, é estabelecido um contraste (dificuldade x expectativa de triunfo) – linhas 21 a 25, e 30 –, que produz um efeito de segurança: antes a certeza do caos, agora a possibilidade de ordem.

## Considerações Finais

A abordagem da Análise Crítica do Discurso permite a investigação do discurso sobre três perspectivas: a do texto, a da prática discursiva, e a da prática social. Foram apresentados os conceitos basilares desta abordagem de estudo para fundamentar a análise proposta de um editorial do jornal *O Estado do Maranhão*, presidido por Teresa Sarney Murad.

*Uma herança pesada*, texto escolhido para análise, circulou em um momento de efervescência política no Maranhão: fazia um mês da troca de líder do poder executivo por decisão judicial. Nesse texto, foram identificados alguns aspectos discursivos da manipulação, em concordância com as elencadas por Van Dijk (2008), quais sejam: polarização ideológica; auto-representação positiva por superioridade moral; ênfase

em seu poder; descrédito dos oponentes; e argumentação com emoção. São peças de um jogo estratégico de manipulação no texto jornalístico que podem passar imperceptíveis ao leitor e que podem esconder relações de poder e de dominação.

A manipulação se concretiza no discurso quando há possibilidade de escolha, ou seja, as escolhas lexicais presentes no enunciado refletem a posição ideológica de quem o produz. Nesse sentido, recorreu-se a Oswald Ducrot (1980), especialmente para tratar da materialidade que significa na esfera da pressuposição; e também a Breton (1996) para investigar os efeitos de sentido criados pelo discurso por autoridade.

Ressalta-se ainda que não se pretende esgotar o assunto – em primeiro lugar, porque, dadas as limitações de espaço, correr-se-ia o risco de simplificar um assunto complexo, que mobiliza diferentes áreas do conhecimento; em segundo, decorrente do primeiro, outras estratégias discursivas (como, por exemplo, o efeito de distanciamento causado pelo uso de aspas) foram identificadas no texto, mas não apareceram na análise. Foi focalizado apenas o jogo de estratégias embrenhado no texto editorial escolhido, com o fim de evidenciar os embates de ideologia e a manutenção de poder, que, em um gênero discursivo/ jornalístico, tendem a reforçar conhecimentos, crenças, valores, e a contribuir, de alguma forma, para a construção de uma realidade.

## Referências

- BAHK TIN, M. [VOLOCHÍNOV] (1929), *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec.
- BELTRÃO, L. (1980), *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: SULINA-ARI.
- BRETON, F. (1996), *A argumentação na comunicação*. Bauru: EDUSC.
- CHARADEAU, P. (2005), *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- COUTINHO, E. G. (2008), “Gramsci: a comunicação como política”. In: COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, R. (orgs.) *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 41-56.

- DUCROT, O. (1980), *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- EAGLETON, T. (1991), *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: BOITEMPO & UNESP.
- \_\_\_\_\_. (1993), “A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades”. In: MAGALHÃES, C. M. *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte, pp. 31-82.
- FAIRCLOUGH, N. (2001), *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- FOUCAULT, M. (1971), *A ordem do discurso*. São Paulo: Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1969), *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GRAMSCI, A. (1971), *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAGALHÃES, C. M. (2001), “A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo”. In: MAGALHÃES, C. M. (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, p.15-30.
- MARQUES DE MELO, J. (1994) *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes.
- MIRANDA, L. (2005), *Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica*. Coleção Comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- O ESTADO DO MARANHÃO. nº 17080. 19 de maio de 2009.
- PORTAL TERRA. *TSE cassa mandato do governador do Maranhão; Roseana assume*. Disponível em <http://tinyurl.com/murqh5>. Acesso em 23 de setembro de 2011.

- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado das eleições 2006*. Disponível em <http://tinyurl.com/kpsu4k>. Acesso em 23 de setembro de 2011.
- THOMPSON, J. B. (1990), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1995), *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- VAN DIJK; T. A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. The Cromwell Press: Trowbridge.
- \_\_\_\_\_. (2000), “El estudio del discurso”. In: VAN DIJK, T. A. (org.) *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Gedisa, 2000, v1,p.19 – 66.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.

## **Anexos**

### **Anexo I. Texto do editorial analisado**

#### **Uma herança pesada**

O Maranhão vive um novo momento. Nada de discursos empolados e recheados de promessas que não serão cumpridas, nenhum gosto demagógico destinado a enganar a opinião pública nem anúncios facilmente identificados como manobras para alimentar uma falsa imagem de eficiência. Vê-se agora a presença forte do governo, decisões de largo alcance, projetos de curto, médio e longo prazo, enfim, um movimento real e coerente da máquina pública. Tudo isso é observável com facilidade um mês depois que a Justiça Eleitoral livrou o Maranhão de uma farsa e o entregou a quem sabe o que fazer no seu comando.

Mergulhada num verdadeiro descalabro gerencial, a área de saúde começa a ser colocada sob controle, para e tornar eficiente com medidas simples e factíveis. A segurança pública, que no governo do Sr. Jackson Lago deixou o Maranhão à mercê da criminalidade, com reflexões que ainda são visíveis, vai aos poucos recobrando a eficiência de outros tempos. Apontado como “exemplar” pelos gestores mais recentes, o segmento educacional foi encontrado dividido em “ilhas” de comando, com setores apoiados pela cúpula do governo em permanente confronto com os dirigentes da área – uma situação só possível num governo sem ordem. Dispensável falar sobre as demais frentes. Nelas vinha acontecendo de tudo.

Em apenas um mês de gestão, a governadora Roseana Sarney e sua equipe reduziram o descontrole administrativo a níveis suportáveis e estancaram a sangria desatada que fora imposta aos cofres públicos pelo projeto raivoso do Sr. Jackson Lago de deixar uma situação de colapso financeiro que inviabilizasse o novo governo. Tem sido um trabalho difícil, metucioso, que requer atenção redobrada, para que nenhum erro seja cometido, pois a população não merece as conseqüências de desatinos praticados em seu nome.

Não tem sido fácil para a governadora Roseana Sarney e seus auxiliares disciplinar uma realidade que foi jogada ao descaso, ao desmando. São complicados os passos para corrigir a maldade pura e simples de alguns que só tinham em mente apagar da memória dos maranhenses as

boas gestões, apostando que entrariam para a História como bons moços que – agora está provado – não são. Corrigir as distorções e devolver a ordem à máquina pública são providências que vêm exigindo cuidado e atenção redobrada, à medida que há suspeitas de que muitas armadilhas foram montadas para prejudicar.

Mas, apesar de tudo, a roda do Maranhão começa a girar para a frustração dos que não querem o bem público.

## Anexo II. Versão digitalizada do editorial analisado

